

Antes de chegar ao paraíso

Antes de chegar ao paraíso faça um desvio pela África colonizada por Portugal e Espanha e — se lhe restarem forças — um salto a Timor pode revelar-se também bastante útil para o viajante. Em todo o caso, é em Angola que a visita deverá ser mais prolongada, a fim de que o peregrino se inicie confortavelmente na felicidade que o espera no final do caminho. O guia confirma-o, *Another Day in Paradise*¹. Portanto, o melhor é aproveitar, munindo-se da colectânea de testemunhos, prefaciada por um verdadeiro conhecedor, John le Carré. Com este livro, em glória dos humanitários nos países em guerra, encontramos-nos no pleno domínio da beneficência, uma vez que aí podemos encontrar (pp. 191-210) as cartas de um desminador da organização britânica HALO enviadas do Kuito entre Março de 1995 e Janeiro de 1997. Este reparador da maldade dos loucos da guerra trabalha entre o planalto angolano, Lobito, e o Sul de Angola, a zona da UNITA. Concretamente e sem utopias: explosões, amputações, enterros. Tendo em conta a extensão do território angolano minado nos últimos vinte anos, o melhor é seguir os caminhos estabelecidos e não se aventurar em imprudências.

Dentro do mesmo género, recomendamos igualmente um título, também ele encorajador, *Hope in Hell*². Neste caso estamos perante uma reportagem sobre a ajuda médica. E Angola tem mesmo direito a dois capítulos. O primeiro (pp. 17-32) coloca em cena um médico australiano a exercer em Cuimba, província do Zaire, junto à fronteira da República Democrática do

¹ Carol Bergman (ed.), *Another Day in Paradise. Front Line Stories from International Aid Workers*, Londres, Earthscan Publications, 2003, 255 páginas, com fotografias a preto e branco.

² Dan Borlotti, *Hope in Hell, Inside the World of Doctors without Borders*, Richmond Hill (Ontario), Firefly Books, 2004, 304 páginas, com fotografias a cores e a preto e branco.

Congo, em Junho de 2003. Tratava-se de uma zona da UNITA, que, segundo o autor e os seus informadores, maltratava a população. O segundo (pp. 89-94) diz respeito ao já célebre cirurgião Wei Cheng, a exercer no Kuito, num dos horrores favoritos da Angola que Luanda quer ignorar. Em resumo, a esperança ajuda o leitor na sua travessia destes dois textos patéticos. Ainda nas vias que nos levam à redenção, assinalemos a extraordinária autobiografia³ de um delinquente sul-africano branco, traficante de droga, que, nos anos de 1983-1984 (?), desertou do exército na Namíbia... para ir «combater o comunismo» nas fileiras da UNITA. Enquanto mercenário, que era, naturalmente, mais bem pago! Tendo conseguido sobreviver à subida solitária e feita a pé em direcção ao paraíso que então se chamava Jamba, a UNITA, face à instabilidade psíquica deste curioso voluntário, reenvia-o rapidamente às autoridades sul-africanas. Savimbi não ia comprometer as suas relações com Pretória por um viajante tão insignificante. O relato é apaixonante, embora quem não conheça o calão — cheio de termos tomados do afrikaans — em uso entre a escumalha anglófona da província do Cabo e dos arredores tenha dificuldade para compreender este texto, apesar do glossário, generosamente fornecido pelo editor. O nosso Alex, o drogado arrependido, é, antes de mais, um estilista.

E, uma vez que acabámos de falar de um drama pessoal, mergulhemos noutra, muito mais vasto e crucial, mas igualmente incompreensível para não iniciados. *Le drame angolais*⁴, de Kialu Kiala, dá-nos uma panorâmica — por um jornalista angolano que viveu exilado no Congo Léopoldville/Zaire durante a sua juventude — do período de 1961 a 2005. O autor não gosta de Holden Roberto nem de Savimbi. Curiosamente, para um mukongo, o seu herói é Agostinho Neto. Fornece-nos pormenores pouco conhecidos sobre a vida interna da FNLA de Roberto e sobre a morte de Savimbi, fundamentando-se sobretudo na imprensa escrita. Os seus silêncios sobre a gestão do governo actual são facilmente explicáveis. Trata-se de um texto para debutantes desprevenidos sobre as máscaras que o demónio usa para enganar os inocentes em viagem.

Regressemos aos paraísos artificiais e à mafia política com *Cuba nostra*⁵. O título é explícito e estamos em presença de uma denúncia jornalística da cortina de fumo por detrás da qual se esconde a ditadura castrista. Nada é tão poderoso como um arrependido para demolir o altar ou destituir os ídolos em que se acreditou na juventude. Segundo o autor (Alain Ammar) e os seus

³ Al Lovejoy, *Acid Alex*, Capetown, Zebra Press/Struik Publishers, 2005, xxiii-400 páginas.

⁴ André Kialu Kiala, *Le drame angolais*, Paris, L'Harmattan, 2005, 313 páginas.

⁵ Alain Ammar (com os testemunhos de Juan Vivés e a participação de Jacobo Machover), *Cuba nostra. Les secrets d'Etat de Fidel Castro*, Paris, Editions Plon, 2005, 426 páginas, com fotografias a preto e branco.

dois colaboradores, as mentiras, a repressão, os crimes, o terrorismo de Estado, fazem parte do cotidiano de uma ditadura com cerca de meio século que, vaidosamente, sonhou exportar a sua revolução e que durante meia geração impediu, o melhor que pôde, a emergência de uma outra em Angola. O que é dito — ou está subentendido — neste livro sobre Salvador Allende, Che Guevara, a Nicarágua, as unidades secretas, a miséria amedrontada do povo face ao padrinho barbudo, etc., não nos interessa para aqui. Em contrapartida, os dois capítulos sobre a intervenção cubana para apoiar o MPLA (pp. 205-221) e sobre a actuação e o processo falsificado do general Arnaldo Ochoa (pp. 243-262) contêm pormenores sobre o tráfico de diamantes, marfim e droga organizado por Cuba para financiar, em parte, o seu esforço de guerra em Angola. Alex, o *dealer*, era um peixinho se comparado ao grande caimão das Antilhas. E este último continua bem instalado no poder e ainda com numerosos admiradores por todo o mundo, o que parece demonstrar que em matéria de paraísos é sempre preferível ter do nosso lado uma boa dezena de filósofos parisienses para ajudarem São Pedro a encontrar as suas chaves na casa do porteiro. Indiquemos igualmente que este livro, por certo parcial, comporta (pp. 189-198) informações raras sobre o apoio cubano concedido à POLISARIO (Sara Ocidental).

Ainda sobre o mesmo tema, mas de um modo menos emocional, voltamos a nossa atenção para uma tese que já tínhamos referido na sua edição provisória de 2002, mas que agora que foi publicada em livro merece que lhe dediquemos uma atenção mais cuidadosa. O excelente estudo de Edward George, intitulado *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991*⁶, é o que de melhor — pelo menos, por agora — existe sobre esta anormalidade histórica que surpreendeu todos os estrategos de 1975 e continua a fascinar os especialistas da América Latina: porquê e como é que um país das Antilhas, relativamente secundário, se substitui de um momento para o outro a um colonizador europeu ao desembarcar num continente com o qual já não tinha relações há mais de um século? É evidente que George não gosta de Castro (e do seu regime), mas reconhece-lhe, apesar disso, algumas vitórias militares em Cuito Cuanavale em 1988. A grande utilidade desta obra provém do facto de ela explicitar (com o apoio de centenas de notas) as ligações entre Cuba e o MPLA desde 1959. A partir de 1975, o autor consagra perto de 300 páginas às operações cubanas contra a UNITA e a África do Sul, dando relevância às grandes batalhas no Sudeste entre 1985 e 1988 e à ofensiva — golpe de sorte magistral de Castro — no Sudoeste em Maio-Junho de 1988. Bem fundamentada em fontes cubanas e sul-africanas, e

⁶ Edward George, *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991. From Che Guevara to Cuito Cuanavale*, Abingdon (Inglaterra), Frank Cass, 2005, xiv-354 páginas, com numerosos mapas.

utilizando numerosas entrevistas a protagonistas (em Havana, Luanda e África do Sul), a obra oferece-nos o primeiro estudo relativamente equilibrado sobre este conflito. O autor estima em 4000 a 5000 os cubanos — civis e militares — mortos em Angola entre 1975 e 1991. Sabemos o que aconteceu no caso da «revolução» angolana, mas, se admitirmos que esta intervenção foi o factor determinante na derrocada do *apartheid*, Castro, ao enviar os seus homens — talvez 450 000 ou 500 000 (?) — para Angola, desempenhou um papel da maior importância na história africana. Era isto que lhe interessava naquela altura. Desde então, muita coisa mudou e em Havana já não se fala muito destas centenas de milhares de «voluntários», ou de voluntários, enviados para um país que desconheciam em absoluto. Já não existe em Havana triunfalismo oficial, apenas alguns livros de recordações de antigos combatentes, não exportáveis, ainda que rigorosamente censurados. Parece que chegou o tempo em que os historiadores começam a substituir a propaganda. George devia ser lido, a título comparativo, nas escolas militares portuguesas. Os mapas são excelentes.

Tendo entrado no «internacionalismo proletário» na sua fase final, não será uma surpresa se introduzirmos agora o livro, *The Mitrokhin Archive II. The KGB and the World*⁷, que concede um pequeno espaço — demasiado pequeno, na nossa opinião — às relações entre o MPLA e a FRELIMO e os serviços secretos soviéticos durante a guerra colonial e o início (1990) da era Gorbatchev. Curiosamente, nada é dito sobre o PAIGC e Amílcar Cabral. Tratar-se-á de uma opção dos dois editores, de uma lacuna nos documentos de arquivo subtraídos ao KGB e passados para Inglaterra em 1992 por Mitrokhin ou da ausência de relações entre Cabral e os serviços secretos soviéticos? Na dezena de páginas consagradas aos dois grandes futuros PALOP não encontramos revelações extraordinárias, apenas a confirmação de uma forte desconfiança em relação aos aparelhos nacionalistas, julgados muito pouco credíveis pelo marxismo oficial. Mesmo depois da independência, a confiança em relação a Agostinho Neto é muito limitada. Os documentos mencionam uma «toupeira» feminina comunista no séquito do presidente angolano. Ela traí-lo-á em benefício da «residência» do KGB em Luanda. O seu nome de código é VOMUS, mas a sua identidade não é revelada. Cada um pode, por isso, ter a sua opinião relativamente a esta senhora, empenhadamente pró-soviética e cuja cor muito gostaríamos de conhecer.

Encontrando-se o caminho para o paraíso atravancado de espões e de politólogos de más intenções, não é de espantar que alguns destes últimos tenham publicado um livro que intitularam, ousadamente, *Is Violence*

⁷ Christopher Andrew e Vasili Mitrokhin, *The Mitrokhin Archive II. The KGB and the World*, Londres, Penguin Books, 2005, xxxv-677 páginas, com fotografias a preto e branco.

*Inevitable in Africa?*⁸. Não se trata de uma obra para o comum dos mortais, pois os diferentes autores esforçam-se por conceptualizar as origens da violência. Um capítulo (pp. 17-34), sobre «Angola and the theory of war», passa em revista as diferentes causas da guerra, as suas imbricações, confrontando-as em seguida com as teorias universitárias. Trata-se de uma obra destinada a um público familiarizado com estes debates académicos.

Mais acessível a um simples historiador, numa outra obra⁹ outro politólogo — provavelmente mais comprometido com o território angolano, uma vez que antes de ser preso e expulso em 2001 investigou um corrupto notório, médico ginecologista, tornado governador de província — insiste (pp. 107-139), muito realisticamente, na necessidade de dispor dos recursos mineiros se se pretender conservar ou alcançar o poder em Angola. Para este autor, a cupidez e a vontade de comandar são mais importantes do que as motivações políticas. Trata-se de uma evidência para quase toda a África, e não apenas em África, já que os casos libanês, peruano, afegão, etc., são também analisados. As ideologias já não interessam a muita gente! E aos banqueiros nunca interessaram! Mesmo no paraíso.

A título de curiosidade, refiramos um livro¹⁰ que, aparentemente, só poderia ser publicado em Portugal. Trata-se de 783 quadras que um camponês compôs diariamente entre 1969 e 1971 para um dos seus filhos mobilizado em Angola. Através delas podemos avaliar como o peso da propaganda (defesa da pátria ultramarina, luta contra os terroristas, etc.) estava presente na mentalidade do mundo rural desta época. Nesta altura andava-se muito longe do petróleo e dos diamantes.

É habitual dizer-se que «de boas intenções está o inferno cheio», mas *quid* paraíso? Pessoalmente, pensamos que os dois volumes que, em conjunto, pesam mais de 2 quilos colocam facilmente *Heinrich Vedder's The Bergdama*¹¹ na categoria dos que têm lugar no paraíso, pois no rol das boas intenções alimentadas pelos etnólogos angolanistas só vemos que o padre

⁸ Patrick Chabal, Ulf Engel e Anna Maria Gentili (eds.), *Is Violence Inevitable in Africa? Theories of conflict and approaches to conflict prevention*, Leiden/Boston, Brill, 2005, vii-245 páginas.

⁹ Cynthia Arnson e I. William Zartman (eds.), *Rethinking the Economics of War. The Intersection of Need, Creed and Greed*, Washington, Woodrow Wilson Center Press, 2005, XI-300 páginas.

¹⁰ Francisco Coutinho, 1969. *Um filho em Angola e outro na Marinha*, Fajarda, ed. da Associação de Solidariedade Social de Fajarda, 2005, 152 páginas, com fotografias a preto e branco.

¹¹ Adi Inskeep [e Mathias Schladt (ed.)], *Heinrich Vedder's The Bergdama. Ethnographic Material*, Colónia, Rüdiger Köppe Verlag, 2003, vol. I, xxii-1-544 páginas, e vol. II, xvi-545-1081 páginas, com fotografias e desenhos a preto e branco e mapas, entre os quais dois desdobráveis.

C. Estermann possa rivalizar com Heinrich Vedder (e com a sua tradutora-editora). Estranhamente, os dois eram missionários germanófonos, Vedder protestante e o alsaciano Estermann católico. Ora bem, neste caso, estamos perante uma monografia fundamental, surgida na Alemanha em 1923, traduzida e anotada por Adi Inskip e, depois, completada por uma terceira parte, com mais de 300 páginas, da autoria exclusiva de Inskip. O que tem Angola a ver com este monumento de erudição à moda antiga? Na terceira parte encontramos perto de uma centena de páginas sobre a Ovambolândia, parcialmente inserida nos limites de Angola, sendo esta secção baseada na obra do grande Estermann. Dito de outra forma, por associação, os especialistas da Namíbia vão, finalmente, tomar consciência do facto de os bergdama namibianos — uma etnia negro-africana anterior à chegada dos bantus — se inserirem num contexto muito mais vasto do que o que resultou da partilha colonial. Apesar de Inskip não trazer praticamente nada de original no que diz respeito à história dos ovambo em Angola, os antropólogos de Angola deverão, mais cedo ou mais tarde, conhecer os seus vizinhos da fronteira sul. Por isso, trata-se de uma obra recomendável para os especialistas, tanto para os do Norte como para os do Sul. Estes grossos volumes, publicados, pensamos nós, com importantes apoios, servem para nos lembrar o quanto os alemães do século XXI se interessam profundamente pela Namíbia e sem demasiada parcialidade política (contrariamente a alguns descendentes actuais dos primeiros colonos alemães). Como prova disso, temos a introdução do historiador Andreas E. Eckl à sua edição¹² dos manuscritos de dois participantes na «guerra de extermínio» conduzida em 1904 pelos alemães contra os herero. O seu estudo crítico sobre a historiografia contestada desta guerra colonial está repleto de ensinamentos. Antes de podermos dispor de documentos de arquivo, acessíveis a todos, sobre os massacres e contramassacres de 1961 em Angola, muito anos passarão. Branco ou negro, um genocídio é sempre um genocídio, e é por respeito a alguns historiadores — enfim, não a todos — que devemos lembrá-lo. Mas para isso é preciso que não nos contentemos com algumas fontes, é preciso deixar de manipulá-las e é por isso que não existem verdades oficiais para o historiador. Salvo numa situação de ditadura ou quando o nacionalismo consegue cegar mesmo os mais equilibrados. Poderíamos citar numerosos exemplos, mas temos de regressar a Angola, onde destacaremos ainda três títulos de carácter religioso.

¹² Andreas E. Eckl, «*S'ist ein übles Land hier*». *Zur Historiographie eines umstrittenen Kolonialkrieges. Tagebuchaufzeichnungen aus dem Herero-Krieg in Deutsch-Südwestafrika 1904 von Georg Hillebrecht und Franz Ritter von Epp*, Colónia, Rüdiger Köppe Verlag, 2005, 302 páginas, com fotografias a preto e branco e um mapa desdobrável.

O primeiro¹³ é uma tese que diz respeito à história das relações entre o Estado e a Igreja católica e aos fundamentos jurídicos que as consolidam. O autor é um padre nascido no Lobito. É provável que seja a última parte, que examina a laicidade do Estado e o futuro das suas relações com as confissões religiosas, a que mais interessará aos leitores não especializados. O autor parece confiante no diálogo com o poder. O segundo título¹⁴ diz respeito à história das missões espiritanas, uma vez que nos oferece, essencialmente, a biografia de algumas dezenas de missionários, originários da diocese da Guarda, que trabalharam de Cabinda ao Cunene. Nem tudo é estéril nestas notas. Um exemplo: através delas ficamos a saber como é que uma família de católicos fervorosos recrutou um elemento para substituir um dos seus membros que desaparecera — um missionário que fora devorado por um leão! O terceiro título¹⁵ recolhe as reflexões do bispo do Uíge (2003) sobre os problemas que assolam Angola (pobreza, caos político, subdesenvolvimento, sida, etc.). O autor tem já uma lista de publicações relativamente longa. Os seus sermões e exortações parecem ser ainda necessários por muito tempo, mas ele não desespera. Todos sabem que o paraíso tem lugares reservados para os que conseguiram sair sãos e salvos das guerras civis. Os mutilados da história, infelizmente, Angola está cheia deles! A par do petróleo e dos diamantes, trata-se da principal produção nacional depois de 1974. Mas esta não é exportável.

Num romance pouco comum pelo seu tema — as dificuldades dos mestiços tanto em Angola, fora das cidades, como em Portugal —, um antigo embaixador do MPLA conta-nos as atribulações da sua heroína, que teve de deixar Angola juntamente com o pai português, sob a pressão do avô, chefe tradicional, que ergueu a cabeça com a independência. A nossa ideia de uma Angola paradisíaca para os mestiços é, segundo Fragata de Morais¹⁶, um enorme logro, e voltamos a saltar para a guerra.

Será que a entrada moçambicana do paraíso é mais acolhedora para o viajante? Não para com Samora Machel, pelo menos, já que João M. Cabrita¹⁷, moçambicano, não gostando de todo da FRELIMO, analisa

¹³ Belchior do Rosário Loya e Sapuile, *Religione e società in Africa. Evoluzione storica e comparazione giuridica: il caso dell'Angola*, Pisa, Edizioni Plus-Pisa University Press, 2005, 198 páginas.

¹⁴ Amadeu Gonçalves Martins, *Espiritanos egitanenses na segunda evangelização de Angola*, Guarda, Casa Veritas Editora, 2001, 116 páginas.

¹⁵ Francisco da Mata Mourisca, *África Renascida (Políticas sine quibus non)*, Lisboa, Fundação Ajuda à Igreja que sofre, 2004, 247 páginas.

¹⁶ Fragata de Morais, *A prece dos mal amados*, Porto, Campo das Letras Editora, 2005, 343 páginas.

¹⁷ João M. Cabrita, *A morte de Samora Machel*, Maputo, Edições Novafrica, 2005, xix-82 páginas, com desenhos e mapas a preto e branco.

pormenorizadamente as causas e as circunstâncias do acidente de avião (19 de Outubro de 1986) que custou a vida ao presidente Machel. Conhecemos as teses em presença: erro de pilotagem para uns (sul-africanos, aliados e amigos); armadilha e crime organizado por Pretória para outros (FRELIMO e aliados). Cabrita, depois de um confronto minucioso das acusações e dos testemunhos, confirma as conclusões da comissão de inquérito: erro de pilotagem. É claro que para nos pronunciarmos sobre um problema onde a técnica se junta à polémica e à política é necessário dispormos de conhecimentos que não possuímos. Diremos simplesmente que desde 1999 existe, em russo, o testemunho do engenheiro Leonid Seliakov, da firma Tupolev, que sustenta que a implantação criminosa de um sinal de rádio onde não devia ser colocado foi um assassinio destinado a eliminar Machel (Leonid Seliakov, *Shagaioa po zhizni: Zarisovki aviakonstruktora*, 440 páginas). Em qualquer das hipóteses, o trabalho de Cabrita é um elemento importante neste misterioso *dossier*.

O ano de 1986 é, igualmente, o ano em que deixa Moçambique um antigo conselheiro da Alemanha de Leste, do Ministério da Educação moçambicano, que nada tem a ver com este assunto, mas que nos deixa as suas memórias¹⁸ de cooperante e de professor em Maputo (1981-1986). Ele lamenta a pureza ideológica dos primeiros tempos. De volta ao país, como turista, encontrará antigos trabalhadores moçambicanos na República Democrática Alemã, espoliados pelo governo — dizem eles —, que lhes retém as indemnizações e as reformas enviadas pelos serviços alemães. Rainer Grajek não parece gostar muito de que o presidente Guebuza se tenha tornado multimilionário em dólares. Estamos agora, evidentemente, muito longe de Mueda e do IV Congresso da FRELIMO.

Um livro que, profissionalmente, poderá interessar ao autor anterior é *Mozambique's Experience in Building a National Extension System*¹⁹. A obra é constituída por estudos muito técnicos sobre a vulgarização dos métodos agrícolas modernos e sua evolução de 1987 a 2004, que revelam uma tendência para a desresponsabilização do Estado. Ficamos a saber que, em 2005, 1838 pessoas (do Ministério, das ONG nacionais e internacionais, do sector privado) trabalhavam neste domínio, o que faziam, onde trabalhavam e com que financiamentos, mas os autores dos estudos aqui compilados não estão muito optimistas em relação ao futuro.

¹⁸ Rainer Grajek, *Berichte aus dem Morgengrauen. Als Entwicklungshelfer der DDR in Mosambik*, Riesa (Alemanha), ed. de autor, 2005, 287 páginas.

¹⁹ Helder Gemo, Carl K. Eicher e Solomon Teclemarian, *Mozambique's Experience in Building a National Extension System*, East Lansing (Michigan), Michigan State University Press, 2005, xvii-128 páginas.

E, já que estamos nas plantações, passemos atrevidamente para *A semente caiu em terra boa*²⁰. Não se trata de um manual destinado a pequenos camponeses, mas antes de um itinerário para a salvação das almas, onde o padre Diamantino Guapo Antunes descreve as diferentes etapas que os missionários da Congregação da Consolata, a mais antiga de todas as que a Itália enviou para esta colónia portuguesa, cumpriram em Moçambique desde 1925. A história da obra, primeiro no distrito de Tete e, depois, no Niassa, as dificuldades com as autoridades civis e mesmo com os bispos antes da segunda guerra mundial, é interessante. Progressivamente alargada a outras nacionalidades que não apenas a italiana, a actividade da Congregação atravessou muitas crises entre os anos de 1960 a 1980: a hostilidade da PIDE/DGS e, depois, da FRELIMO; a guerra civil; o sofrimento das populações; mesmo a perda de alguns elementos, mortos por golpes da RENAMO. O caminho em direcção ao paraíso parece menos tortuoso de há uns anos para cá. O autor insiste nos métodos de evangelização e nas relações com os protestantes (no Niassa, nomeadamente). A conhecer, para completar o panorama católico em Moçambique.

*African Masculinities*²¹ pertence a um género que talvez faça rir os historiadores dentro de um ou dois séculos — se a humanidade sobreviver até lá. A querela é puramente académica, alimentada pelas militantes do feminismo nas universidades anglo-americanas e, por mimetismo, fora deste espaço, noutras universidades. O tema inspira colóquios e seminários, enquanto a Terra continua a girar e as guerras a massacrar. Em suma, têm sido consagrados vários volumes ao homem africano e isso tem, provavelmente, beneficiado as carreiras de muitos professores, não exclusivamente do sexo masculino. Este volume contém uma contribuição (pp. 257-269) de Victor Agadjanian sobre a irrupção dos homens no pequeno comércio da venda ambulante nas ruas de Maputo em 1999. O paraíso ainda parece longínquo e é preciso viver, mesmo quando não há trabalho assalariado. Um estudo subtil.

Uma pausa turística antes de deixarmos Moçambique. *Portraits d'Afrique*²² deve ser considerado por aquilo que é, um álbum de fotografias magníficas. Dividido em três secções, dá-nos a conhecer o curso do Níger na Guiné, do

²⁰ Diamantino Guapo Antunes, *A semente caiu em terra boa. Os missionários da Consolata em Moçambique. 75 anos de evangelização ao serviço da Igreja local (1925-2000)*, Turim, Edizioni Missioni Consolata, 2003, 302 páginas, com fotografias a preto e branco.

²¹ Lahoucine Ouzgane e Robert Morrell (eds.), *African Masculinities. Men in Africa from the late nineteenth century to the present*, Basingstoke (Inglaterra), Palgrave Macmillan, 2005, xv-308 páginas, com fotografias a preto e branco.

²² Vincent Baudet, Marie-Laure Vareilles e Laurent Jérôme (fotógrafos), *Portraits d'Afrique*, Luxemburgo, Editions Plein Soleil, 2005, 192 páginas, com numerosas fotografias e aquarelas a cores.

Nilo na Etiópia e do Zambeze em Moçambique (pp. 72-123). Do lago de Cabora Bassa a Quelimane, fazendo um desvio pelo Shire até à fronteira do Malawi, nunca — pelo menos que tenhamos conhecimento — o rio e as populações ribeirinhas foram tão sumptuosamente fotografados. Em consequência, os erros históricos nos comentários ou nas legendas (a ponte de Mutarara nunca explodiu? — cf. p. 109) são perdoáveis. Não podemos exigir que um fotógrafo genial (Laurent Jérôme, para o Zambeze) conheça, com o mesmo rigor, a história. Talvez o possamos pedir ao autor do texto principal.

Uma coisa, pelo menos, é certa: para os escravos embarcados em Moçambique, o Zambeze dos séculos XVIII e XIX não era o paraíso. Sobretudo para aqueles que tinham como destino Madagáscar. É o que pode ler-se, indirectamente, no excelente livro de Gwyn Campbell²³, que é, essencialmente, uma história sobre a extensão do poder dos merina sobre a ilha no século XIX. Como nos recorda o autor: «De facto, pelo menos a partir de finais da década de 1870-1880, Moçambique torna-se o principal centro de distribuição de escravos e de armas destinados a Madagáscar e, para algumas casas comerciais estrangeiras, torna-se também o principal ponto de abastecimento das exportações malgaxes» (p. 179). Apesar de o factor moçambicano não ser preponderante nesta obra, as dezenas de páginas que lhe são consagradas sublinham quanto eram estreitas as relações entre a grande ilha e os seus fornecedores e clientes indianos, suaílis e europeus instalados na margem oposta. A conquista francesa bloqueou — sem cortar completamente — este fluxo comercial de tipo particular. Não será despiendo lembrar que o termo genérico utilizado em Madagáscar para designar os escravos importados era *masombika*, enquanto na costa oeste da ilha se utilizava preferencialmente a palavra *makoa*, isto é, macua, que os diplomatas o saibam. Por isso, este é um livro incontornável em qualquer biblioteca moçambicana ambiciosa.

Regressando a outras dores que interessam mais particularmente o público português, salta-nos à vista um vasto fresco consagrado a uma guerra que já não está no primeiro lugar das suas preocupações, *Portugal e a Grande Guerra*²⁴. Eis um tema que, como os participantes já não estão entre nós, parece afastar-se da memória colectiva portuguesa. Não se pode viver eternamente com as imagens negativas da impotência e da derrota. A participação de Lisboa no conflito não foi particularmente grandiosa, memorável ou brilhante, é preciso admiti-lo, tendo sido demasiado cara, se exceptuarmos

²³ Gwyn Campbell, *An Economic History of Imperial Madagascar, 1750-1895. The Rise and Fall of an Island Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, xvii-413 páginas, com fotografias a preto e branco.

²⁴ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (eds.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Diário de Notícias, 2004 ou 2005, 623 páginas, com numerosas fotografias e ilustrações a preto e branco e a cores.

o caso de Angola, relativamente aos modestos resultados obtidos. Ainda que o essencial do grosso volume publicado pelo *Diário de Notícias* seja consagrado às operações na Europa, aqui limitar-nos-emos a evocar os pequenos capítulos que versam sobre as operações em África, a saber: em Angola, em 1914 (pp. 148-154), e em Moçambique, em 1914-1915 (pp. 155-157) e em 1916-1918 (pp. 451-460). Teríamos preferido um desenvolvimento mais vasto, pois, apesar de tudo, se adicionamos — abusivamente, na nossa opinião, mas a estatística decidiu de outra maneira — as tropas europeias e as africanas, morreram mais homens em África do que na Flandres (p. 549). Sobre o cerne da questão, os autores encarregues dos textos sobre a guerra em África nem sempre têm opiniões concordantes. Um minimiza o alcance do combate de Naulila (Angola, 1914), o outro sublinha-o (eu sou da mesma opinião). O primeiro é um oficial de carreira, o outro um historiador, que conclui o seu capítulo sobre as operações portuguesas em Moçambique com a seguinte frase: «O resultado conjugado de todos estes factores foi o maior desastre militar português em África desde Alcácer-Quibir (p. 460). É duro!

No plano dos factos, é verdade, mas não consigo compreender por que é que a maior vitória militar dos portugueses em África não foi citada neste livro uma única vez. Se algum resultado capital foi obtido com o envio de corpos expedicionários para África — para Angola, mais precisamente —, foi, com certeza, na grande batalha de Môngua em 1915, onde o general Pereira d'Eça quebrou os rins à única ameaça séria da resistência africana face à conquista portuguesa. Quase quarenta anos depois de ter exumado do esquecimento ou da ignorância dos historiadores — e, *a fortiori*, da opinião portuguesa — esta gigantesca e última campanha vitoriosa de um exército europeu na África subsariana, pergunto-me se não existirá sobre ela uma maldição historiográfica (cf. René Pélissier, *Les campagnes coloniales du Portugal, 1844-1941*, Paris, Pygmalion-Flammarion, 2004, pp. 269-280). Os portugueses são capazes de grandes feitos, mas — para além dos Descobrimentos — não lhes concedem sempre a importância que eles merecem. É certo que Môngua não foi uma vitória contra os alemães, mas, se o receio de uma invasão alemã do Sul de Angola não tivesse assombrado o Estado-Maior, não se teriam reunido entre Moçâmedes e a Ovambolândia 11 000 soldados e, provavelmente, os cuanhamas teriam atrasado durante anos a conquista austral. O rei Mandume era um homem muito mais temível do que o triste Gungunhana, tão célebre. E, no entanto, quem é que hoje sabe em Portugal quem foi Mandume? É verdade que neste caso não houve um António Enes para enaltecer o seu verdadeiro poder, bem real, no Sul de Angola.

Este *Portugal e a Grande Guerra* parece-nos ser uma excelente iniciativa editorial e, no que diz respeito à iconografia, permite, finalmente, alargar

consideravelmente o nosso magro porta-fólio de ilustrações sobre a guerra colonial no período de 1914 a 1918.

Mais próximo de nós, *Guerra de África e 30 anos do 25 de Abril*²⁵ é um catálogo de uma exposição organizada pela Câmara Municipal de Oeiras em 2004. A parte colonial não é a mais importante, mas contém numerosas fotografias e caricaturas, bem como uma muito considerável secção bibliográfica, apesar de algumas das entradas serem impossíveis de encontrar, para desgosto do bibliógrafo inconsolável.

Entre as obras de origem espanhola sobre África, encontramos um pequeno livro²⁶, muito interessante, que é o diário de viagem (Fevereiro-Março de 2003) de um general reformado, de regresso ao seu passado (1965-1967), quando era apenas um jovem oficial, no Sul do Sara espanhol. O interesse deste texto simples reside no facto de nos permitir perceber o que resta da influência espanhola nestas duas antigas «províncias africanas» (Ifni e Sara) e mesmo em Tarfaia (zona sul do ex-«protectorado» espanhol), comparando-a com o que os portugueses deixaram atrás deles mais ou menos na mesma época (1974-1975). Desde logo, os edifícios (a igreja de Villa Cisneros é utilizada presentemente como residência), alguns cooperantes (uma escola espanhola com 60 alunos sarianos em El Aaiún, cidade que, de aproximadamente 20 000 habitantes, passou, em vinte e nove anos, para 200 000 habitantes, com a chegada dos marroquinos), três missionários na capital, numa igreja vazia cujos paroquianos são, sobretudo, os católicos da missão da ONU. Mas o que nos parece mais singular é a presença de dois oficiais encarregados de pagarem as pensões aos antigos soldados ou funcionários ifnis ou sarianos ou às suas famílias: cerca de 600 pessoas em Aaiún, 200 em Villa Cisneros. Gostaríamos de saber se os ex-militares ou os funcionários locais da administração portuguesa em África recebem alguma reforma. Se sim, quem a paga? A influência espanhola em Ifni, antiga «província» de trinta e cinco anos (1934-1969) [cf. René Pélissier, *Spanish Africa-Afrique espagnole. Études sur la fin d'un empire (1957-1976)*, Éditions Pélissier, Orgeval, França, 2004, pp. 93-98], é mais forte. Os jovens marroquinos locais ainda falam um pouco de espanhol e antigos combatentes, os «tiradores de Ifni», vêm da Península visitar a sua juventude. Em Smara, a presença espanhola evaporou-se. Dentro de cinquenta anos quem se lembrará de que a *Legión* teve aqui uma guarnição (cf. René Pélissier,

²⁵ AAVV, *Guerra de África e 30 anos do 25 de Abril. De 20 de Março a 30 de Abril de 2004*, Câmara Municipal de Oeiras, 2004, 88 páginas, com fotografias a preto e branco e a cores.

²⁶ José María Tomé López, *Reencuentro con el Sahara. Viaje por la antigua África occidental española (AOE). Ifni y Sahara*, s. l. [Alicante?], Caja de Ahorros del Mediterraneo, 2004, 94 páginas, com fotografias a cores.

Don Quichotte en Afrique. Voyages à la fin de l'Empire espagnol, Éditions Pélissier, *ibid.*, 1992, pp. 99-111)?

Lançados neste caminho de lembranças que, mais dia, menos dia, deverá conduzir o leitor até à porta do fundo do paraíso, onde habitam os africanistas defuntos, não podemos deixar de referir um livro de história sobre a Guiné que, no seu tempo, fornecia duas outras «províncias» africanas aos mágicos de Madrid no seu período franquista. O livro — uma tese — de Díaz Matarranz²⁷ não se aproxima desta «idade de ouro», uma vez que termina em 1914. O trabalho enferma de um forte debilidade, pois apresenta uma bibliografia estrangeira totalmente indigente. Só dificilmente podemos compreender que o autor não tenha utilizado obras britânicas fundamentais — e existe uma bibliografia vasta para Fernando Pó no século XIX, tendo sido alguns desses textos explorados por historiadores espanhóis em trabalhos recentes —, nem mesmo alguns estudos, em francês, sobre Rio Muni, uma vez que o autor trabalhou nos arquivos do Ministério francês dos Negócios Estrangeiros. Já para não falar nos textos em alemão, nomeadamente os dos oficiais e etnólogos. É uma fraqueza terrível para uma tese de história.

Em contrapartida, como o autor se concentra sobre a administração e economia de Fernando Pó — e, acessoriamente, sobre a administração e economia, ainda embrionárias, de Rio Muni —, descobriu uma massa de informações desconhecidas dos seus antecessores que não «garimpam», como ele, os arquivos administrativos. Neste domínio, a obra revela-se inovadora e indispensável, nomeadamente para finais do século XIX e inícios do século seguinte. Mas onde o autor não tem rival é no tratamento do arranque de Rio Muni sob o governo de Angel Barrera. O início da ocupação militar espanhola de Rio Muni é, finalmente, graças ao seu trabalho, um pouco iluminada para os anos de 1911 a 1913. Não esqueçamos que os espanhóis foram os últimos colonizadores a estabelecerem-se na África negra continental. O nosso desejo é que o autor desenvolva, em seguida, um trabalho mais alargado sobre esta penetração no interior de Rio Muni e nos esclareça sobre as condições da chegada das tropas coloniais alemãs. Há um exagero de mitos nas tradições orais dos africanos que só um investigador que conheça bem as fontes dos arquivos espanhóis poderá dissipar. Díaz Matarranz está em melhores condições do que os seus pares para o fazer, uma vez que preparou o seu trabalho durante dez anos. A luta continua!

Não sabemos se os leitores de Max Liniger-Goumaz continuam, à medida que envelhecem, a apreciar os seus livros. O que sabemos é que, quanto a

²⁷ Juan José Díaz Matarranz, *De la trata de negros al cultivo del cacao. Evolución del modelo colonial español en Guinea Ecuatorial de 1778 a 1914*, Vic (Espanha), Ceiba Ediciones, 2005, 293 páginas.

nós, gostamos cada vez mais do seu trabalho. O seu último *opus* — que deve ser, aproximadamente, o 40.º volume publicado sobre a Guiné Equatorial por um único autor — tem apenas 509 páginas, o que, no seu caso, pode ser considerado um volume modesto²⁸. Entretanto, o autor consagra mais de 340 páginas unicamente ao período de 2003 a 2005, neste interminável cerco de uma ditadura fang e petroleira que desbaratou a jóia da colonização espanhola tardia. Como será possível resumir um bloco infernal como este? Basta dizer que o seu «diário de um *putsch* falhado em 2003» tem 47 páginas e é, provavelmente, a parte mais útil. Nunca ninguém acumulou tantas informações sobre um único país africano, mesmo dez vezes maior. Se o trabalho de Liniger-Goumaz anunciado sobre Annobom tiver menos de 300 páginas, decepcionar-nos-á. Para além de que nos são devidas, pelo menos, 20 páginas de bibliografia poliglota (num mínimo de sete línguas, o que deverá ser suficiente, apesar de tudo, para 17 km²). Sobre-tudo, que a sua obra não seja um amontoado de excertos de artigos jornalísticos, mas sim verdadeiros estudos de história erudita e imparcial.

Finalmente, antes do repouso eterno e elísio, uma última paragem em Timor, com um título ligeiramente inquietante²⁹ e um autor britânico que alguns críticos inserem na tradição de Conrad, Orwell e Kapuscinski. A obra começa no Bornéu, com os canibais habituais. Mas o essencial da obra é consagrado à «jaula dos tubarões», isto é, a Timor Oriental, nos anos de 1998-1999 (pp. 175-314). Teremos percebido que a Indonésia se encontrava em ebulição quando este jornalista foi «cobrir» o fim do reinado do general Suharto. O autor não gosta de ditadores e a violência, diz ele, não lhe mete medo, os crocodilos também não. Mas exagera. As forças armadas da FRETILIN fascinam-no desde há vários anos; por isso irá ao seu encontro nas montanhas (1998). Oito meses mais tarde visitará o quartel-general dos Aitarak, a milícia pró-indonésia de Eurico Guterres (Junho de 1999), sob o olhar impotente da UNAMET. É a estes que ele chama os «vampiros de Liquiçá». A sua obra é ainda útil para ficarmos a conhecer o desenrolar do referendo popular em Maliana. A seguir, chegam os primeiros saques e as primeiras mortes perpetrados pelas milícias, o grande final do crepúsculo dos deuses que qualquer jornalista sonha orquestrar em exclusivo. O autor será evacuado! Regressará em Setembro de 1999, depois em Janeiro de 2000, apresentando nesta ocasião documentos indonésios que provam a premeditação da violência. A sua experiência não é excepcional na vaga de

²⁸ Max Liniger-Goumaz, *La Guinée équatoriale convoitée et opprimée. Aide mémoire d'une démocratie, 1968-2005*, Paris, L'Harmattan, 2005, 509 páginas, com fotografias a cores e a preto e branco.

²⁹ Richard Lloyd Parry, *In the Time of Madness*, Londres, Jonathan Cape, 2005, 315 páginas.

livros publicados sobre estes acontecimentos, mas as suas críticas em relação à lentidão das operações da INTERFET são originais e contrabalançam o triunfalismo dos autores australianos. Por fim, Díli em ruínas, os cadáveres, o colega abatido pelos indonésios, os remorsos por ter fugido para salvar a vida, assaltam-no e acaba por entrar em depressão. Timor é, há muito tempo, e os escritores portugueses sabem-no bem, a antecâmara do paraíso. Alguns acrescentavam um ponto de interrogação aos seus títulos nos anos 1930. Mas estavam seguramente enganados.

Redigido em Janeiro de 2006.